Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí 13 de maio de 2015

Quarta-feira

Teresina, 13 de maio de 2015





ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



do Povo do Piauí

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

Eleição do TCE

Anote para conferir: a eleição do novo conselheiro do TCE será dia 19 deste mês de maio, sexta-feira. Começa às 10 horas com sabatina dos candidatos selecionados e termina com a eleição. A publicação da data será feita no Diário Oficial desta quarta-feira.

LÍDER EM CREDIBILIDADE





O bode

O professor Apurian Braga anda um tanto nervoso. Ele foi informado que, apesar de inscrito como candidato à vaga de conselheiro do TCE, seu nome não consta da lista que foi divulgada pela Assembleia Legislativa. Apurian, por conta disso, entrou com recurso pedindo que seja suspenso o processo de escolha. Alguém está colocando um bode fedorento nessa sala.

Vai ou não vai?

O deputado Fábio Novo (PT) disse ontem, na televisão, que tem todos os motivos para não votar no prefeito Kleber Eulálio, para conselheiro do TCE. Mas vai?

Guerreiros

Os demais deputados do PT vão votar em Kleber Eulálio. Aliás, além dos votos, há braços e cabeças coroadas petistas trabalhando pelo prefeito de Picos.

Diz-se que, além de Wellington Dias, um dos mais aguerridos nessa tarefa seria o deputado federal Assis Carvalho.

Menos pelos olhos azuis do prefeito, of course. Mais pela chance de abocanhar uma prefeitura de município grande, como Picos.

Ping Pong

O professor no TCE

Conhecido por ser flagrado dormindo por onde anda, o professor Apurin é questionado pelo 'deputado' Zezinho, sobre sua candidatura à vaga de conselheiro do TCE.

Zezinho: "Você não vai conseguir acompanhar as sessões, dormindo o tempo todo..."

Apurian: "Tem nada não. Os que ficam acordados também não fazem nada".



→ Reajuste no Governo

Governador explicou que as leis aprovadas na Assembleia que concedem reajuste para categorias estaduais preveem que concessão pode ser anulada para cumprimento da LRF

Dias: Lei dos reajustes prevê respeito à LRF

DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O governador Wellington Dias (PT) afirmou ontem que vai conversar pessoalmente com os servidores públicos para falar que os reajustes salariais integrais. previstos nos Planos de Cargos, Carreira e Salários, ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que os gastos com a folha de pagamento de pessoal não podem ultrapassar 52% a Receita Corrente Líquida (RCL). "A mesma lei que aprovou o aumento diz que o reajuste será feito de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. É a própria lei que diz isso", falou Wellington. O governador declarou que todos os reajustes que deverão ser dados este ano têm um impacto de R\$ 24 milhões por mês na folha de pagamento de pessoal do Governo do Estado.

"Se a gente destinar mais R\$ 24 milhões ao mês para o pagamento dos servidores. vamos ultrapassar o limite legal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós vamos ter que fazer uma negociação. Nós vamos cumprir a proposta que estamos fazendo: pagar o aumento em par-



WELLINGTON |

Governador fala sobre concessão de reajuste para servidores do Estado e comprometimento da LRF

Impacto

Governador declarou que reajustes que deverão ser dados este ano têm impacto de R\$ 24 milhões por mês, afetando a LRF

celas, em compensação vamos pagar o retroativo, que não seria pago. Então, ninguém perde nada. Agora não há como, nem legalmente, ser

possível ultrapassar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal*, declarou Wellington.

O governador afirmou que sua equipe e ele pessoalmente estão tratando na negociação com os servidores públicos estaduais que têm reajuste salarial a partir deste mês de maio. "Vai ser com um bom diálogo que vamos chegar a um entendimento", falou Wellington.

Os secretários estaduais de Segurança Pública, major reformado Fábio Abreu. e da Administração, Francisco José da Silva, o Franzé, reuniram-se na sede do Sindicato dos Policiais Civis do Piauí para tentar um acordo sobre o reajuste salarial previsto para 2015. A categoria ameaça paralisação caso os valores acordados não sejam concedidos. Os policiais reivindicam a quinta e sexta parcelas acordadas em lei aprovada na Assembleia Legislativa. a primeira de R\$ 750 e a segunda de R\$ 900.

"Governo vai dar reajuste", diz líder João de Deus

FRANCY TEIXEIRA DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O líder governista, João de Deus (PT), rebateu na manhā de ontem as criticas da oposição sobre o pagamento do reajuste de algumas categorias do serviço público, como é o caso dos policiais militares. Neste sentido, o deputado estadual indicou que já há a determinação do governador Wellington Dias (PT) para que a equipe econômica dialogasse com os trabalhadores e firmasse um acordo de parcelamento, tendo assumido publicamente que pagará retroativo a 1º de maio. "O Governo vai dar reajuste, não é na proporção que está se pensando, mas o Governo sugeriu que se estabelecesse um montante de modo que não ultrapasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, junto com os servidores para permitir uma parcela



JOÃO DE DEUS | Deputado defende renegociação de reajuste

logo agora em maio", disse. Segundo o governista, todas as concessões estão sendo pensadas minuciosamente para que o Estado não volte a descumprir os limites impostos pela Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Tendo em vista que os percentuais estão bem acima da inflação, o Governo chegou à conclusão que o montante ultrapassaria o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governador propôs que se conversasse com as equipes, as secretarias respectiva e dialogasse com os servidores a fim de reparcelar os reajustes", reiterou.

Por fim, ele ressaltou o compromisso da Chefia do Executivo com os servidores, priorizando o diálogo entre os entes. de modo que seja apresentada uma proposta de pagamento por cada pasta. "O governador não é irresponsável; nosso papel aqui é tranquilizar as categorias porque tem gente dizendo tanto quanto pior e que-

rendo criar situações de dificuldade. O Governo está dialogando, está chamando as categorias para conversar e deve estar apresentando uma proposta através das secretarias", complementou.

Clipping Eletrônico Tribunal de Contas do Estado do Piauí





Marcada eleição para conselheiro do TCE

13/05/15, 08:29







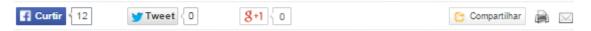


O dia 19 de maio, próxima terca-feira, foi definido pela mesa diretora da Assembleia Legislativa para o festival de sabatinas e eleição do novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Dois ex-deputados polarizam a disputa. Kléber Eulálio conta apoio do governo e do presidente da Assembleia, Themístocles Filho. Mauro Tapety aposta no voto secreto para conquista a vaga.



Mais gestores vão pagar multa - 12/05/2015 às 14h49

Ex-prefeito do Sul do Piauí tem contas reprovadas no TCE na gestão de 2012



O ex-prefeito de Campo Alegre do Fidalgo em 2012, Israel Odílio da Mata (PTB), teve as contas de Governo reprovadas no TCE-PI (TC/52839/2012). Ele ainda vai pagar multa por apresentar falhas na prestação de contas de Gestão.

Outros seis gestores também foram condenados ao pagamento de multa, por apresentarem falhas na prestação de contas referente aos recursos do FUNDEB, FMS, FMAS e Câmara Municipal.

VÃO PAGAR MULTA

LEÔNCIO JOÃO DA MATA - FUNDEB 01/01/12 à 31/03/12 ELISETE ISABEL DE OLIVEIRA — FUNDEB De: 01/04/12 à 31/10/12 WESLEY FEITOSA LIMA - FUNDEB De: 01/11/12 à 31/12/12 ISNALDO RIBEIRO DA MATA - FMS ANA VERUZA ALVES COELHO SOUSA — FMAS GILMAR TOLENTINO DIAS — CÂMARA MUNICIPAL

Todos os gestores acima tiveram as contas julgadas regulares, mas com ressalvas e aplicação de multa.

Publicado Por: Daniel Silva

Indicado para Agespisa enfrentará o TCE por irregularidades na Emgerpi

Após e aprovado na Assembleia, enfrentará o TCE por irregularidades em órgão







Após ser indicado para a presidência da Agespisa, o nome do auditor fiscal Raimundo Nonato Farias Trigo ainda já deu muito o que falar, até porque uma das exigências constitucionais é a realização de uma sabatina com os deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Piauí, para que o indicado seja aprovado.

Compartinar

E foi justamente na sabatina que Trigo enfrentou o primeiro problema para ser nomeado no cargo. Ele que assumiu a diretoria da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí (Emgerpi) entre 2009 e 2010, teve a prestação de contas de gestão reprovada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), quando Waltânia Alvarenga era a presidente do órgão.

Por conta desta pendência, deputados da oposição ao governo quiseram adiar a sabatina que foi realizada no dia 7 de maio deste ano. Robert Rios (PDT) e Marden Menezes (PSDB), defenderam que esperassem até que saísse o resultado do processo no TCE-PI, que deve acontecer na próxima quinta-feira (14/05). Petistas relutaram e conseguiram que a votação na Assembleia acontecesse. Trigo foi

aprovado por 19 dos 26 deputados presentes.

CONTAS REPROVADAS

Há exatamente um ano, o Tribunal de Contas do Estado reprovou a prestação de contas de gestão, referente ao período de 01 de janeiro a 29 de abril de 2010, da Emgerpi, na gestão de Raimundo Trigo. Na prestação de contas, apresentada por ele, ficou evidenciado diversas irregularidades cometidas pelo ex-gestor. O conselheiro Kennedy Barros foi o relator do processo e seu voto foi acompanhado de forma unânime pelos demais conselheiros e pelo membro do Ministério Público de Contas.

Irregularidades cometidas Na prestação de contas, apresentada pelo ex-presidente Raimundo Farias Trigo, ficou evidenciado diversas irregularidades cometidas pelo ex-gestor segund o o TCE - Falhas no cadastramento prévio e finalização de licitação; Ausência de evidências de saneamento econômico-financeiro; - Direitos a receber pendentes de regularização; - Irregularidades em contratos de serviços terceirizados: - Pagamento com fragilidade comprobatória ou despesa não comprovada; Pagamento sem a contraprestação do serviço; - Pagamento sem cobertura processual; - Processo com cláusula contratual ilegal; - Processos de pagamento de obras inacabadas/paralisadas; - Irregularidades em processos licitatórios; - Licitações com perda de objeto, inexecução contratual e má gestão contratual;

- Irregularidades em contratos/convênios.

MULTA CHEGOU A SER APLICADA

Na ocasião, devido a gravidade das irregularidades, a Primeira Câmara do Tribunal decidiu pela aplicação de multa ao ex-presidente no valor de 1.500 UFR-PI que corresponde a R\$ 3.600,00 e pela imputação de débito no valor de R\$ 99.312,81 referente ao processo de pagamento 6721/09, Termo de Parceria 01/09, de 22/05/09, cujo objeto era promover a melhoria habitacional em 20 unidades e a construção de 30 casas no município de Campo Maior, em virtude de restar comprovado, nos autos, nos relatórios da DFAE e da Divisão de Engenharia, pagamento realizado sem a contraprestação do servico.

DOCUMENTOS SUMIRAM

Uma multa por 'por obstrução ao livre exercício da inspeção realizada na Empresa de Gestão de Recursos do Piauí' foi instituída em decisão da corte do Tribunal. Segundo o Ministério Público Especial de Contas, Raimundo Trigo foi responsabilizado também por não apresentar os documentos exigidos pela equipe de auditores responsável pela inspeção na Empresa. Segundo o TCE, ele alegou no processo não ter encontrado os documentos que foram solicitados pela inspeção.

PROBLEMAS ERAM ANTIGOS

Na época, os auditores do Tribunal de Contas realizaram inspeção na Emgerpi visando examinar os processos licitatórios e contratos firmados pela Empresa no ano de 2008. A Emgerpi vem sendo alvo de denúncias relacionadas ao uso da máquina para favorecimento de candidatos a prefeito. As denuncias culminaram com o afastamento da antiga gestora da pasta, Lucile Moura.

PROVA DE FOGO

A base governista na Assembleia teve a primeira vitória no comando do deputado João de Deus. Venceram uma batalha, mas não a guerra. Trigo ainda deve passar pelo TCE nos próximos dias, e só após isso pode ser consolidado, ou não, sua nomeação num dos órgãos mais endividados do estado.

LEIA AQUI SOBRE A APROVAÇÃO DE TRIGO NA ASSEMBLEIA

Publicado Por: Jhone Sousa



Novo diz que tem todos os motivos para não votar em Kleber para TCE

12/05/2015 • 15:29

Noticia

868 m



Por Dulce Furtado

O deputado estadual Fábio Novo (PT) afirmou que tem todos os motivos para não votar no prefeito Kleber Eulálio para ocupar a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. A principal causa seria o voto de segurança que o parlamentar esperava do deputado Severo Eulálio (PMDB), filho do prefeito de picos, para ocupar a presidência da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), e que não lhe foi dado.



"Eu procurei e pedi um voto de segurança, que não me foi dado", declarou Fabio Novo, afirmando ainda que a decisão por não votar no prefeito ainda não foi tomada, já que ele chegou de viagem há poucos dias e ainda não sabe quem são todos os inscritos para a vaga. "Primeiro tenho que ver todos os nomes, analisar os currículos e dar uma posição. Vou ver quem são os inscritos e me reunir com a minha bancada", disse.

A bancada petista, formada por Flora Izabel, João de Deus, Aluísio Martins e Cícero Magalhães, já se reuniu no inicio desde mês, porém sem a presença de Fábio Novo, também formador da bancada. No encontro eles já tomaram a decisão de votar em Kleber Eulálio.

"A bancada se reuniu sem a minha presença, então ainda temos que analisar. Vou escutar minha bancada e tomar a minha decisão. Quem tem tempo não tem pressa", concluiu Fabio Novo.